

O que oculta o silêncio epistemológico da Psicologia?

What the psychology's epistemological silence hides?

Fernando Luis González Rey¹

Resumo

No artigo, discute-se a relação entre teoria, epistemologia e método em Psicologia. Revê-se brevemente a história da Psicologia, considerando-se essa relação, e são apresentadas e discutidas três formas de distorção no uso da teoria por psicólogos – a que resulta de tendências ateóricas que privilegiam a empiria, a que transforma as teorias em dogmas e a da hegemonia do instrumentalismo. Argumenta-se que, dessas distorções, resulta tanto um mau uso da teoria, quanto um mau uso da empiria. Finalmente, faz-se a proposta de uma pesquisa qualitativa em que o tema da subjetividade é desenvolvido numa perspectiva cultural-histórica.

Palavras-Chave: Teoria, epistemologia, método, subjetividade, perspectiva cultural-histórica.

Abstract

This paper discusses the relationship between theory, epistemology, and method in Psychology. The history of Psychology is briefly revisited, taking into consideration this relationship, and three forms of distortion in the use of theory by psychologists are introduced and discussed – the one which results from atheoretical trends which privilege empiricism, the one which turns the theories into dogmas, and the one of the hegemony of instrumentalism. It is argued that these distortions result in a bad use of the theory and in a bad use of the empiricism. Finally, a qualitative research is proposed in which the issue of subjectivity is developed from a cultural-historical perspective.

Key words: Theory, epistemology, method, subjectivity, cultural-historical approach.

¹ Centro Universitário de Brasília - Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

INTRODUÇÃO

A Psicologia, logo após seu reconhecimento oficial como ciência particular, momento associado historicamente à fundação do laboratório de W. Wundt em Leipzig, em 1875, se dedicou à pesquisa experimental das funções psíquicas, ainda que, na Europa, nunca tenha abandonado suas preocupações com os processos não suscetíveis de estudo experimental, como o próprio Wundt expressou em relação à *Volkerpsychologie*. Porém, o núcleo mais forte da Psicologia norte-americana, no princípio do século XX, se organiza ao redor dos discípulos de Wundt – J. Cattell, Stanley Hall e Titchener –, o último, um inglês radicado nos Estados Unidos. Esses autores, longe de preservarem as preocupações teóricas e filosóficas do seu mestre Wundt, se orientaram para uma Psicologia mais empírica e instrumental, em que a experimentação foi tomando um caráter cada vez mais ascético. Isso valeu críticas a Titchener que, no início de sua carreira nos Estados Unidos, mantinha um tipo de experimentação mais participativa, semelhante à realizada por Wundt (Danziger, 1990). Nessa situação, muito teve a ver o desenvolvimento acelerado do capitalismo norte-americano e suas demandas de pessoal idôneo para garantir a eficiência da indústria e dos diferentes campos de capacitação de pessoas, o que também influenciara o desenvolvimento da educação.

A separação das ciências particulares da Filosofia, ocorrida na segunda parte do século XVIII, tornou-se um princípio reitor da ciência na segunda metade do século XIX e princípios do XX, quando o sucesso da ciência nas transformações tecnológicas gerou uma visão tecnocrática e aplicada de sua legitimidade e sucesso. Na Psicologia, essa visão de ciência se expressou numa orientação instrumentalista utilitária no desenvolvimento das pesquisas e dos recursos de sua prática profissional, processos que se alimentaram muito rapidamente do uso dos testes psicológicos, que tiveram em Francis Galton sua figura pioneira nos começos do século XX. Os testes, no imaginário da Psicologia, criaram a ilusão de

um saber válido, preciso, preditivo e de amplas possibilidades de generalização. O giro da ciência à tecnologia se apoiou na proliferação crescente dos testes psicológicos em diferentes esferas da atividade humana, o que se legitimou na concepção de ciência hegemônica nas ciências naturais.

Como sempre aconteceu na história da Psicologia, os autores se preocuparam mais com a importação acrítica de modelos e instrumentos hegemônicos das outras ciências do que com a especificidade das questões que a Psicologia deveria desenvolver. A Psicologia, sem uma representação teórica clara sobre o seu campo, se converteu numa ciência empírica que se assumiu como positivista, ainda que tenha ignorado, de forma geral, as interessantes questões teóricas e filosóficas desenvolvidas por Comte e Durkheim.

O positivismo partia de uma representação ordenada e regular do mundo, passível de ser conhecido mediante leis que permitiam definir relações regulares entre diferentes processos e fenômenos que aconteciam nele. Nesse sentido, o positivismo partia da ideia de uma ciência precisa e preditiva, atributos que, no positivismo lógico (Círculo de Viena, Carnap e outros), evoluíram para o rigor da análise lógico-linguística, apoiada também por Popper, que tomou distância crítica do positivismo ao se centrar na refutação em lugar da demonstração (o que limitava a universalidade do saber pretendida pelos autores positivistas). Popper sinalizou o caráter histórico do saber humano.

A Psicologia ignorou os aspectos filosóficos que fundamentaram os métodos da ciência e, por anos, funcionou como se só existisse um modelo de ciência, no caso, o instrumentalista-empírico, pois realmente nem positivista foi. Essa característica do saber psicológico tem sido sinalizada como “fetichismo metodológico” (Koch, 1992) e como “metodolatria” (Danzinger, 1990). Essa Psicologia empírica funcionou durante décadas por meio de um paradigma de ciência em que a estatística ocupou o centro sobre o qual se legitimavam as afirmações do saber.

Porém, a Psicologia também tem tido como característica uma pluralidade de fontes que

têm estimulado a emergência das diferentes teorias que convergem em seu desenvolvimento. Assim, a psicanálise, também no século XIX, emerge do corpo de uma psiquiatria que se deparou com uma “doença” que afetava o funcionamento somático de diversas formas, mas que não se apoiava em causas orgânicas: a histeria. Com Charcot, no século XIX, a histeria se convertia em objeto do saber positivo, ao ser considerada doença, o que ajudou a superação dos preconceitos e do estigma social dominante em relação ao transtorno. Mas, ao se incluir a histeria na representação de doença, novos processos de institucionalização e rituais afetaram a condição das pessoas que padeciam dela.

Frente a esse desafio e partindo de importantes antecedentes, tanto na Filosofia (Nietzsche), como na própria Psiquiatria (Herbart, Janet e Breuer), Freud levantou hipóteses sobre a natureza psicogênica dos sintomas histéricos, com uma consistência que superou os seus antecessores. Foi assim que uma representação teórica em desenvolvimento, que se alimentava dos processos terapêuticos, inaugurou uma nova epistemologia na Psicologia e, por sua vez, aparecia como uma nova forma no uso da teoria. Porém, o sentido clínico do trabalho de Freud e seu próprio positivismo médico não lhe permitiram avançar na dimensão epistemológica e metodológica nesse novo caminho, o que explica o fato de que, por muito tempo, a psicanálise fica confinada essencialmente ao campo da clínica. Sobre essa diferença entre clínica e ciência, a Psicologia perpetuou, durante anos, a dicotomia entre o método clínico e o experimental. Confinada às técnicas, a Psicologia como ciência ficou órfã de um modelo teórico. Isso acarretou, por algumas décadas, que só fosse considerada ciência a Psicologia que apoiava a sua pesquisa em métodos experimentais ou em instrumentos adequadamente validados para medir variáveis susceptíveis de correlações estatísticas, o que, de fato, implicou que ambas as formas se apoiaram no comportamento, única alternativa

possível para o emprego com sucesso desses métodos.

Esses dois caminhos paralelos, a clínica e pesquisa, longe de interagirem entre si, se fecharam um em relação ao outro, o que deu início a outra das fortes tendências do desenvolvimento da Psicologia: a fragmentação por temas e escolas que se legitimaram por vias diferentes e que coexistiram se identificando como saberes que, incluídos numa mesma disciplina, nada tinham que ver uns com os outros. Foi precisamente esse estado de coisas da Psicologia no início do século XX que inspirou a aguda crítica de Vygotsky plasmada em sua obra *O sentido histórico da crise da Psicologia* (1982), onde fazia um chamado ao desenvolvimento de uma Psicologia Geral.

Esse quadro da Psicologia e os seus desdobramentos não é o objetivo do presente trabalho. Porém, é muito importante para compreender a debilidade da teoria e as distorções em seu uso que têm dominado nossa ciência, assim como a ausência de trabalhos orientados para a relação entre o teórico, o epistemológico e o metodológico em nossa disciplina, temas que são o foco do presente trabalho.

AS DISTORÇÕES NO USO DA TEORIA EM PSICOLOGIA: AVANÇANDO NUMA REPRESENTAÇÃO DIFERENTE DO TEÓRICO

A distorção no uso e a compreensão da teoria se expressam, na Psicologia, de três formas principais. A primeira é a das tendências ateóricas que consideraram a empiria como princípio e fim de todo saber e usam conceitos apenas para rotular os eventos e comportamentos concretos operacionalizáveis, sobre os quais definem as variáveis a estudar, as que irão nortear tanto as pesquisas experimentais, como aquelas centradas na correlação estatística entre variáveis. Esse tipo de pesquisas se apoia na neutralidade do pesquisador e, delas, as ideias resultaram totalmente excluídas, o que levou a uma representação do teórico como processo

de rotulação dos dados obtidos, sendo esses rótulos apenas descrições que sinalizam evidências empíricas. Essa tendência caracterizou o tipo de pesquisa reconhecida como científica em Psicologia até a década dos anos setenta do século passado, quando outras alternativas metodológicas ganharam força na investigação psicológica e a discussão epistemológica ganhou espaço na Psicologia.

A segunda forma das distorções no uso das teorias é a sua transformação em dogma, em saber “verdadeiro e universal” que, *a priori*, orienta as significações sobre o material empírico. Um exemplo desse tipo de uso da teoria na Psicologia tem sido a forma em que certa psicanálise tem orientado a pesquisa e a prática profissional. Nesse uso da teoria pela psicanálise institucionalizada como dogma, o teórico se impõe como ato imediato de significação frente a uma expressão empírica concreta da pessoa ou pessoas estudadas, com o que se viola o princípio básico da interpretação como recurso de construção teórica; uma interpretação sempre é um processo que avança entre uma diversidade de opções, assumindo aquela em que elementos empíricos diferentes convergem no fortalecimento de uma das hipóteses que acompanham o processo da pesquisa. Nunca a interpretação é um ato direto de significado sobre uma expressão isolada da pessoa. Usada dessa forma, a teoria se separa do momento empírico e se impõe a ele, de fora. A relação teoria/momento empírico é sempre fonte de conjectura e construção de alternativas diversas.

O próprio Freud (2011), em um dos seus últimos trabalhos, o que, no meu juízo, foi aquele em que mais aprofundou o caráter epistemológico da interpretação, intitulado *Construções em Análise*, nos diz:

[...] mas essas relações em parte dos pacientes [ele se refere aqui às reações dos pacientes às construções do analista] raramente se apresentam sem ambiguidade, dando-nos a oportunidade de um julgamento final. Só o curso completo da análise nos capacita a decidir se nossas construções são corretas ou inservíveis. Nós

não pretendemos que uma construção individual seja algo mais do que uma conjectura que aguarda exame, confirmação ou rejeição (p. 265).

Freud defende, nesse momento de sua vida, que nunca uma construção individual pode ser interpretada de forma direta, fora do processo integral de análise, o que, na realidade, é uma construção do analista que se inspira e se alimenta na representação teórica mais geral que a psicanálise lhe deu. Toda interpretação é um ato de autoria e, como tal, precisa de novos conceitos e ideias que só de forma mediata encontraram o seu significado em termos da teoria mais abrangente que a apoiou, o que, também, pode implicar novos caminhos no desenvolvimento dessa teoria ou sua rejeição por parte do pesquisador. É essa uma das razões dos múltiplos desdobramentos da psicanálise no curso de sua história.

O eminente psicanalista C. Bollas (2007) nos diz a respeito do uso da teoria na prática psicanalítica: “todos os psicanalistas têm deixado de conceituar as teorias implicadas na forma como realizam sua prática. [...] os clínicos têm formas individuais de ordenar o que eles veem e ouvem” (p. 77). Deixando de lado a generalização absoluta que o autor nos traz em relação aos psicanalistas, é importante destacar sua ideia de que psicanalistas (e eu acrescentaria, assim como a maioria dos psicólogos) não constroem conceitualmente essas formas individuais de ouvir e ver em suas práticas, não avançam em suas próprias construções teóricas, limitando-se a informar a “trama viva” desenvolvida no seu atendimento, nos termos mais gerais da teoria que adotam com a qual a prática clínica se desenvolve de forma intuitiva e atórica, perdendo-se a riqueza infinita dos caminhos e processos da singularidade trabalhados nessa prática. Esse é um excelente exemplo do uso dogmático da teoria.

A última das formas de distorções no uso das teorias em Psicologia se define pelo uso dos instrumentos de diagnóstico e pesquisa como técnicas, ao serem associados a um sistema *a priori* e universal de categorias pelas quais são significadas as expressões mais

diversas das pessoas nesses instrumentos. Esse uso dos instrumentos de diagnóstico ou pesquisa converte, de fato, os instrumentos em microteorias. Essa forma de uso transforma as técnicas em recursos isolados para se chegar a conclusões universais sobre as pessoas estudadas, precisamente o que o próprio Freud questionava na citação anterior. Nesse uso, as técnicas chamadas projetivas, cuja epistemologia subjacente pouco tem a ver com a psicanálise, ainda que elas usem e tomem emprestado o termo “projetivo” desse arcabouço teórico, se convertem em “tecnologias conclusivas” em si mesmas, o que expressa um posicionamento totalmente diferente do caráter singular atribuído à interpretação por Freud. As chamadas técnicas, sejam elas testes psicométricos ou projetivos, são uma expressão do instrumentalismo hegemônico na Psicologia.

A forma como as técnicas têm sido usadas no paradigma empírico tradicional da Psicologia é a maior evidência da epistemologia positivista instrumental subjacente ao uso delas; o instrumento aparece como um recurso garantido pelos procedimentos de validação, padronização e confiabilidade implicados na sua construção. Esses procedimentos legitimam as conclusões do instrumento, omitindo as ideias do pesquisador nesse processo. A participação do pesquisador se reduz a aplicar e relacionar o sistema de categorias universal que norteia a produção dos significados sobre a informação brindada no instrumento. Esse processo separa o instrumento do curso contraditório e vivo da expressão da pessoa, impondo um rótulo compartilhando formas complexas e singulares de expressão. O uso dos instrumentos em Psicologia se apoia na epistemologia da resposta que tem caracterizado a metodologia indutivo-descritiva dominante na Psicologia (González Rey, 1997).

As distorções enumeradas acima são responsáveis não só pelo mau uso da teoria, mas também pelo mau uso do empírico, cuja complexidade é substituída pela imposição de categorias *a priori* que impedem o exercício intelectual e criativo do pesquisador para

construir hipóteses sobre as informações obtidas, que resultam inacessíveis nas expressões verbais diretas das pessoas estudadas. A hegemonia da epistemologia da resposta converte as expressões das pessoas estudadas em epifenômenos do instrumento, pois elas sempre vão encontrar uma significação nas categorias universais que orientam a produção de significados da informação fornecida pelo instrumento. Dessa forma, se excluem da pesquisa as construções mais abrangentes, complexas e espontâneas das pessoas que são, precisamente, aquelas por meio das quais as complexas configurações subjetivas dos processos humanos podem ser estudadas.

Como escreve Bourdieu (2003):

Todo o meu empreendimento científico se inspira, em efeito, na convicção de que não se pode acompanhar a lógica mais profunda do mundo social senão com a condição de submergirmos na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e fechada, mas para construí-la como ‘caso particular do possível’, segundo as palavras de Bachelard, isto é, como uma figura no universo finito das configurações possíveis (p. 24).

O expressado por Bourdieu tem valor não apenas para o conhecimento social, mas para todas as áreas das ciências humanas cujos fenômenos não se reduzem à objetividade como um sinônimo de concreto, definição que tem dominado a representação do objetivo; pelo contrário, os processos humanos definem sua objetividade através da inclusão de sua dimensão subjetiva, que não aparece como efeito de uma influência externa, alheia ao sistema estudado, mas como uma produção simbólico-emocional do próprio sistema em questão, a qual não pode ser deduzida de influências externas concretas que afetam o sistema. A esse conhecimento só pode-se chegar pela compreensão da configuração subjetiva da experiência vivida. Esse conhecimento é de natureza construtivo-interpretativa, não vem definido de forma direta nos dados, razão pela qual é de natureza

teórica e nunca representa um reflexo direto do estudado, o que, como coloca Bourdieu, define que sempre represente uma alternativa entre outras possíveis.

As teorias são sistemas de significação geradores de inteligibilidade sobre representações em processo, cujo significado se organiza no curso do momento empírico da produção do conhecimento. Isso significa que, nos sistemas teóricos de natureza construtivo-interpretativa, o empírico nunca representa uma dimensão externa ao processo teórico; pelo contrário, é um momento essencial do próprio processo teórico. As teorias são sistemas vivos que têm no empírico uma fonte constante de confrontação, a que obriga o pesquisador a gerar novos conceitos e a dar significados singulares a categorias já existentes na teoria, o que representa um processo intrínseco de desenvolvimento das teorias. Quando uma teoria perde a capacidade de significar situações novas, ela vai perdendo seu valor heurístico e se transformando em dogma.

Toda teoria existe em dois momentos inter-relacionados: como macroteoria, nível em que o trabalho intelectual gera novas relações e novas categorias, estabelecendo novas “zonas de sentido”² da teoria, que devem ganhar vida no momento empírico, num processo em que novas dimensões empíricas que não eram enxergadas antes ganham visibilidade e, num segundo momento, as teorias se expressam no curso do trabalho de campo como processo, em cujo curso se organiza a produção de significados sobre o estudado, de forma semelhante à forma como Bollas (2007) descreve a necessidade de construção

individual do analista na situação terapêutica. Esse é um processo vivo no qual se geram múltiplas construções que podem ou não, num primeiro momento, se associar de forma clara à teoria que inspirou a pesquisa.

A relevância da teoria está em seu movimento, em sua capacidade geradora frente aos desafios a que o momento empírico a as novas ideias do pesquisador, constantemente, as expõem. O momento empírico é aquela parcela da realidade que ganha vida nos marcos de uma teoria; por isso o momento empírico é parte orgânica de uma teoria. Isso representa uma inversão em relação à compreensão do empírico na ciência positivista, na qual o momento empírico se distanciava do teórico como cenário concreto em que a teoria devia se validar objetivamente.

Esse distanciamento entre o empírico e o teórico foi pedra angular da representação mais tradicional de ciência que sobreviveu na Psicologia até os dias de hoje. Sobre a estagnação do teórico e sua naturalização na ciência newtoniana, Wallerstein (2004) escreve:

A ciência newtoniana tem percorrido uma trajetória constante, pelo menos desde o século XVII, em termos de constructo intelectual e de ideologia para a organização da atividade científica. No começo do século XIX, essa ciência adquiriu status de verdade devido a Laplace. Muitos cientistas acreditaram que a teorização na ciência tinha chegado a seu fim e que tudo o que lhes restava a fazer era esclarecer alguns detalhes menores e continuar usando o saber teórico com objetivos práticos (p. 70).

A ideia do fim da teoria levou a pensar num modelo de ciência universalmente legítimo e que devia subordinar qualquer fantasia teórica às evidências empíricas, as que eram consideradas como sinônimo de “realidade”. Essa representação se impôs nas ciências no século XIX e foi o “berço” no qual nasceu a Psicologia como ciência. A noção de ciência empírica se estendeu com tal força que foi considerada como sinônimo de ciência, o que

² Defini o conceito de zona de sentido como aquele espaço de significação que uma teoria abre em relação ao problema e que está além das próprias categorias usadas por ela para explicá-lo. Por exemplo, Freud estabeleceu uma “nova zona de sentido” sobre a motivação humana como processo inconsciente; porém, o significado dessa construção teórica não se esgota nos conceitos e explicações dadas por ele ao problema no contexto da psicanálise. A ideia de “zona de sentido” destaca precisamente o caráter histórico e relativo das categorias científicas.

definiu que por um longo tempo a produção de teoria ficasse relegada a um segundo plano e, muitas vezes, considerada de forma pejorativa como Filosofia. Essa omissão do pensamento na construção científica separou a Psicologia da Filosofia e do resto das ciências sociais. Como resultado dessa situação, a pesquisa qualitativa só entrou com força em Psicologia no começo dos anos oitenta do século XX, ainda que uma colaboradora de K Lewin, Tamara Dembo, tenha publicado o primeiro artigo sobre pesquisa qualitativa em Psicologia já nos anos trinta do século XX (Dembo, 1993).

A emergência tardia da pesquisa qualitativa em Psicologia não significou a ausência de importantes críticas ao modelo empírico e instrumentalista dominante nela (Allport (1978); Maslow (1979); Vygotsky (1965); Rubinstein (1967)). Porém foi apenas no fim da década dos anos oitenta que apareceu com força o referente da pesquisa qualitativa na Psicologia, o qual esteve muito influenciado pelas novas tendências da Filosofia e de outras ciências sociais. Os trabalhos críticos de Foucault e as publicações sobre pesquisa qualitativa em Sociologia, Antropologia e Educação tiveram forte impacto na Psicologia, unidos aos movimentos críticos que começaram a aparecer nos anos setenta na própria Psicologia.

Porém a emergência da pesquisa qualitativa em Psicologia não tinha, naqueles anos, raízes próprias e, devido ao forte instrumentalismo que dominava essa área na época, ela terminou reproduzindo a orientação instrumentalista que caracterizava a pesquisa positivista. Os psicólogos procuravam legitimidade em guarda-chuvas filosóficos sobre os quais entendiam pouco e, assim, generalizaram procedimentos filosóficos no campo empírico sem uma adequada teorização sobre seu uso nesse nível. Por exemplo, conceitos complexos da fenomenologia, como *epoche*, foram operacionalizados na pesquisa empírica de forma superficial, o que contribuiu para banalizar a fenomenologia no campo da pesquisa psicológica. Como diz A. Giorgi (2008): “Quando se pretende medir a influência da fenomenologia nas ciências

humanas, a prudência se impõe uma vez mais; o termo foi empregado de muitas maneiras na ciência, e nem sempre a propósito” (p. 386). A Psicologia pretendeu avançar na pesquisa qualitativa sem avançar numa discussão teórica e epistemológica mais profunda sobre os referentes sobre os que se apoiava para realizar esse tipo de pesquisa.

A proposta que temos desenvolvido em relação à pesquisa qualitativa é o resultado de um esforço para desenvolver o tema da subjetividade como definição ontológica dos processos mais complexos da psique humana nas condições da cultura numa perspectiva cultural-histórica.

NECESSIDADES ONTOLÓGICAS E EPISTEMOLÓGICAS NECESSÁRIAS PARA UM GIRO METODOLÓGICO NA PSICOLOGIA

Como foi dito antes, a separação da Psicologia da Filosofia e das Ciências Sociais foi um dos elementos que favoreceu o seu instrumentalismo (Rose, 2011; Danzinger, 1990), assim como a separação entre a ciência e outras formas de produção de saber que, de fato, estavam associadas a diferentes práticas da Psicologia, como a psicoterapia, e que não eram consideradas vias legítimas de fazer ciência. O fato da Psicologia não acompanhar o seu desenvolvimento com a construção de alternativas epistemológicas frente a suas novas construções teóricas, foi um dos elementos que mais influenciou a ausência de debate metodológico na Psicologia, impedindo o desenvolvimento de modelos alternativos ao positivismo.

Particularmente cientes dessa contradição, várias décadas depois de Freud, nos anos sessenta do século passado, os autores humanistas organizaram um simpósio com a presença de M. Polanyi (1973), físico e importante filósofo da ciência, o que lhes permitiu avançar a relação entre o que eles faziam na clínica e uma nova forma de compreender a ciência na Psicologia. Esse encontro teve particular importância no desenvolvimento de um conjunto de trabalhos

críticos à metodologia dominante (Allport, 1978; Maslow, 1979). Porém, esses autores não conseguiram o desenvolvimento de uma alternativa epistemológica fundamentando a produção científica a partir do cenário clínico, em parte por não terem avançado numa opção ontológica na compreensão da psique.

Uma questão central para orientar o debate sobre as exigências epistemológicas que poderiam orientar uma nova metodologia científica, capaz de integrar a clínica e outros campos de ação da Psicologia na produção de conhecimento científico, dependeria muito da representação teórica sobre a psique humana que orientaria essa pesquisa. Mais do que uma discussão entre as áreas da Psicologia, se impunha um debate teórico sobre a natureza da psique humana que, de uma forma ou outra, deveria estar presente nas diferentes áreas da prática e da produção do saber em Psicologia. Era precisamente a essa teoria mais geral e abrangente sobre o psiquismo humano que Vygotsky se referia em seu chamado para o desenvolvimento de uma Psicologia Geral.

A Psicologia se desenvolveu em grande parte mediante ontologias importadas de outras ciências que levaram a entender o fenômeno psíquico como energia, reflexo, linguagem, comportamento ou sistema cibernético. Mas, nesses intentos, não se definia a especificidade ontológica³ da psique; a psique era sempre apresentada por atributos já desenvolvidos em outras áreas do saber. A psique humana nas condições da cultura perde o seu caráter apenas natural e torna-se também em tema central das ciências antropológicas. Porém, a discussão da

ontologia da psique viu-se muito afetada pela força que os temas linguagem e práticas simbólicas ganharam logo após o grande impacto do pós-estruturalismo sobre a Psicologia. Na Psicologia, a influência do pós-estruturalismo foi forte e tem levado, sobretudo alguns autores do construcionismo social (Gergen & Gergen, 2011; Anderson, 1999), a substituir a psique pelas práticas discursivas e as conversações.

São importantes as consequências dos imaginários ontológicos anteriores nos desenvolvimentos alternativos da Psicologia. A Psicologia mais tradicional ontológica, apoiada no seu fetichismo metodológico (Koch, 1995), se apoiou numa representação estática e individual da psique como algo que existe *a priori* à ação e que a define. Essa representação ontológica esteve na base da epistemologia dos testes psicológicos. Mediante a inteligência como estrutura dada *a priori* e essa medição era usada como critério preditivo da aprendizagem de criança. A inteligência era algo dado, uma capacidade feita que, segundo essa compreensão, determinava o comportamento inteligente como resultado. A representação da psique como formações psíquicas em processo, em movimento, foi totalmente omitida nessa representação.

Posteriormente, o impacto do conceito de práticas discursivas na compreensão dos diferentes tipos de práticas sociais levou a outro extremo: a processualidade das práticas humanas aboliu qualquer representação sobre algum tipo de organização ou processo psicológico. O fato de romper com uma visão determinista e mecanicista de estrutura não significa negar tipos de organização que emergem no curso da ação humana e se desenvolvem no próprio processo de sua existência. É necessário o desenvolvimento de conceitos capazes de gerar inteligibilidade a respeito de sistemas que, em suas diferentes formas de ação, expressam formas diferentes de sua própria configuração, superando a dicotomia estrutura-comportamento, ou externo-interno, tão distendida na Psicologia. Apesar do caráter polissêmico e polêmico do conceito de sistema, parece-nos muito

³ Tenho usado a palavra ontologia para especificar a qualidade do tipo de fenômeno cuja representação orienta os diferentes campos do trabalho científico. Ao se evitar o termo, devido ao seu emprego pela metafísica, abriu-se um vazio na discussão do tipo de representação teórica que fundamenta e organiza a produção do saber. Ao falar da qualidade do fenômeno estudado por uma ciência, não identifico essa qualidade com a natureza universal desse fenômeno e sim com a representação teórica que permite sua inteligibilidade, a partir da qual o fenômeno entra no sistema do saber e das práticas humanas.

interessante a acepção que H. Jonas (2004) defende sobre o termo. Ele escreveu: “Sistema, portanto, é necessariamente algo múltiplo, mas, além disso, o sentido de conjunto está em que o múltiplo possui um princípio eficaz de sua unidade” (p. 76).

Em nossos trabalhos, partimos de uma definição ontológica que define o caráter histórico, social e cultural da psique humana na produção simbólico-emocional que caracteriza toda experiência humana. O ser humano não recebe o social como algo externo, ele vive o social e vive no social. O social humano é histórico porque é cultural, porque se perpetua em símbolos e práticas que se fazem presentes de múltiplas formas em temporalidades distantes de sua produção original. O caráter simbólico das diferentes práticas sociais está presente nas diversas formas de configuração subjetiva das práticas e nos processos humanos em geral. Escolhi o termo subjetividade para designar os processos e formações simbólico-emocionais específicos da psique humana, que se organizam e desenvolvem de forma constante no curso da experiência em condições de cultura. Esses processos não são um reflexo do que acontece ao redor da pessoa; é uma produção que se define nas ações e relações da pessoa com o que a rodeia; configuram-se subjetivamente nas configurações subjetivas da personalidade e integram sentidos subjetivos múltiplos que marcam a identidade subjetiva da pessoa. Por sua vez, as configurações subjetivas da personalidade não existem num plano intrapsíquico fechado que atua como determinante da ação; elas aparecem na própria produção subjetiva que se organiza nas configurações subjetivas da ação; a personalidade tem uma presença na ação não porque a determine, mas porque é inseparável dos sentidos subjetivos que se geram em toda ação.

Para explicar esses processos complexos, são necessárias novas categorias que, na minha proposta, se inspiraram em conceitos especialmente importantes desenvolvidos pela Psicologia soviética, entre os quais o conceito de sentido, na forma como foi tratado por

Vygotsky, e o de formação psicológica, desenvolvido mais tarde por sua discípula Bozhovich. Os conceitos que sustentam a minha proposta de subjetividade numa perspectiva cultural-histórica são: sentido subjetivo, configuração subjetiva, subjetividade individual, subjetividade social e sujeito. A partir desse marco teórico tenho desenvolvido uma modificação de temas tradicionalmente tratados pela Psicologia como motivação, identidade e personalidade, entre outros.

O desenvolvimento teórico das categorias em que apoio o desenvolvimento de minha definição de subjetividade aparece em publicações anteriores (González Rey, 1997, 2002, 2004, 2005, 2011a, 2011b), motivo pelo qual não entrarei nos detalhes dessas definições, nem nas diferenças dos conceitos que apoiaram minha inspiração para avançar por essa via. Vou me centrar nas consequências epistemológicas e nos desdobramentos metodológicos que, no curso das pesquisas com esse marco teórico, precisei desenvolver.

A EPISTEMOLOGIA QUALITATIVA: ABRINDO UMA OPÇÃO PARA O CONHECIMENTO DA SUBJETIVIDADE

P. Ricoeur (2009) fez o resgate do esforço de Husserl para instituir a experiência total da subjetividade, o qual traz profundas implicações epistemológicas e metodológicas. Ricoeur (2009) escreve sintetizando as ideias originais de Husserl:

E nenhum progresso no conhecimento das causalidades postas em jogo nos faz avançar na compreensão dos motivos de um comportamento. Não que a causalidade fique suspensa ou rompida pela irrupção da subjetividade, mas a compreensão do curso de uma motivação não se faz na atitude em que se apreende uma série causal da natureza. [...] Compreender [...] aplica-se muito precisamente à apreensão de uma unidade de sentido espiritual numa diversidade natural (p. 138-139).

Husserl criticava a explicação causal própria dos modelos deterministas, o que abriu a possibilidade de produzir um tipo de conhecimento diferente daquele desenvolvido pela ciência mecanicista: não se trata de compreender causas, como o tema da motivação sempre foi tratado pela Psicologia; trata-se de compreender sentidos que não aparecem na condição objetiva frente a qual o comportamento se faz explícito. Seguindo esse raciocínio Ricoeur (2009) continua: “A compreensão vai para a unidade de um objeto cultural; ela significa que não sou dirigido pelas linhas que vejo ao ler: “vivo, por compreensão, no sentido” (p. 132).

É precisamente esse viver no sentido o processo distintivo, a pedra angular da compreensão da subjetividade. O sentido, termo extremamente polissêmico, aparece no Husserl da fenomenologia da cultura e da vontade como conceito importante para compreender a dimensão do vivido, não como expressão da ação com o objeto concreto, exemplificado na citação anterior de Ricoeur, mas pelo que sou capaz de sentir, de imaginar, de recriar na minha própria relação com o objeto cultural ou com o outro. Esse momento da obra de Husserl é um antecedente importante a ser resgatado para o desenvolvimento do tema da subjetividade numa perspectiva cultural-histórica. De fato, essa forma de expressar teoricamente o sentido não está longe da forma em que Vygotsky o entendeu, destacando como o sentido se define pelo conjunto de elementos psíquicos que emergem na consciência ante a emergência da palavra.

Esse elo possível entre o pensamento de Vygotsky e de Husserl, a sensibilidade de ambos para o desenvolvimento de uma dimensão subjetiva integradora do psiquismo humano, teve como antecedente importante a influência de Schpet, mestre de Vygotsky fortemente orientado pela fenomenologia. Sobre essa posição de Schpet, Zinchenko (2007) escreveu: “Schpet glorificou a palavra na medida em que lhe permitisse estar preparado para refazer o princípio de ouro da cognição: o nosso conhecimento vem de nossa

experiência, no amplo sentido da palavra, de um sentimento” (p. 219).

As filosofias são sistemas teóricos com múltiplos desdobramentos possíveis, muitos dos quais passam despercebidos pelo próprio *mainstream* que orienta as interpretações de uma filosofia após a morte dos seus fundadores. As filosofias não devem ser vistas como sistemas irreconciliáveis, como frequentemente elas nos são apresentadas pelo dogmatismo. Vygotsky expressa contatos com o pensamento de Husserl através de Schpet, que gerou em Vygotsky inquietações por temas que outros autores soviéticos não enxergaram como foram o sentido e a vivência.

As minhas definições de sentido subjetivo e configurações subjetivas, estas últimas compreendidas como momentos de integração de sentidos subjetivos diversos que convergem num núcleo simbólico-emocional que vira hegemônico ao “viver” uma experiência concreta e que pode transcender essa experiência configurando-se na própria organização subjetiva mais geral da pessoa, perdem sua relação preferencial com a palavra e ganham abrangência ao se definirem pela integração inseparável das emoções com os processos simbólicos em geral (González Rey, 2002).

Os sentidos subjetivos não são unidades fixas que caracterizam a pessoa; eles são uma expressão das configurações subjetivas que se organizam no percurso das atividades e relações humanas. Essas configurações devem ser compreendidas pela interpretação das formas diversas de expressão da pessoa que configuram o tecido subjetivo das experiências vividas.

A minha definição da Epistemologia Qualitativa aparece como resultado das demandas que as pesquisas com o foco na subjetividade me impõem. A Epistemologia Qualitativa destaca três atributos centrais do saber que abrem passo a uma metodologia construtivo-interpretativa que transforma a visão do saber centrada na indução, na descrição e na coleta de fatos. O desenvolvimento da Epistemologia Qualitativa foi o resultado de minha incapacidade de

resolver os problemas que apareciam nas minhas pesquisas, na medida em que me aprofundava em categorias teóricas que representavam construções teóricas geradoras de uma opção possível de inteligibilidade, mas que não garantiam *a priori* essa inteligibilidade, senão que a facilitavam no curso da pesquisa. Essas categorias sobre as que se apoiam minhas pesquisas atuais sobre a subjetividade não são passíveis de serem construídas de forma direta pelos significados e representações da fala intencional dos participantes da pesquisa.

Os sentidos subjetivos e as configurações subjetivas não se apoiam numa epistemologia representacional relativa a questões que ganham inteligibilidade com esses conceitos. Como toda categoria, elas são ferramentas para gerar inteligibilidade sobre questões que outros referentes teóricos não permitem significar, o que não quer dizer que o processo estudado seja idêntico à categoria que o representa. Todas as questões significadas pela ciência estão além da sua organização e dos desdobramentos da representação teórica modelada sobre elas. Os sentidos subjetivos e as configurações subjetivas têm valor heurístico porque permitem compreender e explicar processos presentes nas diferentes expressões e ações humanas que integram, em termos subjetivos, aspectos muito diversos da experiência da pessoa presentes na configuração subjetiva de suas expressões atuais. Isso, nos termos concretos da pesquisa empírica, se traduz, por exemplo, na possibilidade de identificar sentidos subjetivos da pessoa que aprende que se objetivam em reações dessa pessoa no processo de aprender e que não estão definidas por nenhum dos acontecimentos identificáveis pelos participantes dessa experiência. As configurações subjetivas não respondem à razão, motivo pelo qual estão além das representações sobre as evidências objetivas do contexto em que uma experiência acontece.

Quando um jovem responde mal a um apelo do professor feito em público, isso não significa que ele esteja agredindo seu

professor. Ele pode se sentir vítima das figuras de autoridade e injustiçado pela opinião dos outros, como expressão de uma complexa configuração subjetiva em que podem entrar infinitas experiências vividas que, transformadas em sentidos subjetivos, são capazes de gerar uma configuração subjetiva desse momento de relação com o professor que pouco tem a ver com os aspectos observáveis do que aconteceu no episódio dessa relação professor-aluno. A configuração desses sentidos produzidos pelo aluno em sala de aula pode ter sido a expressão da configuração resultante da inveja do irmão, o desconforto com os seus familiares, o que é parte da configuração dessa inveja no tecido relacional da família, a hostilidade em relação a sugestões dos outros, todos eles sentidos subjetivos que podem emergir em qualquer atividade pela sensibilidade dessa configuração subjetiva familiar que se transforma em múltiplos sentidos subjetivos no decorrer de outras atividades aparentemente sem nenhuma relação com a origem dessa configuração subjetiva; as experiências humanas estão estreitamente associadas umas com as outras pelas suas configurações subjetivas. Como resultado dessa configuração subjetiva no momento atual da vida desse jovem, sentidos subjetivos geradores de competitividade, ciúme, inferioridade podem aparecer de formas diferentes em vários dos sistemas de relação desse jovem.

Construir teoricamente essa configuração é um processo complexo que vai implicar a capacidade do pesquisador de gerar significados capazes de integrar manifestações empíricas diversas que só se tornam inteligíveis frente ao significado organizado pelo pesquisador no curso da pesquisa. Esse significado é definido, em nossa proposta metodológica, como indicador. Um indicador não permite uma afirmação teórica imediata e direta, mas é apenas o primeiro momento de um caminho hipotético, dentro do qual os indicadores se convertem em conceitos que alimentam o modelo teórico em curso. Durante a pesquisa, novos indicadores e ideias emergem em congruência com os primeiros

indicadores construídos durante o momento construtivo interpretativo da pesquisa.

O processo de construção da informação leva à construção teórica de uma configuração subjetiva; a configuração subjetiva é uma categoria que se organiza no curso da pesquisa, sendo *a priori* a pesquisa apenas o modelo teórico que a define. E é esse modelo de conhecimento que se organiza em decorrência de modelo hipotético que avança no curso dos indicadores produzidos sobre a informação e as ideias do pesquisador, o que definimos como modelo teórico. A configuração subjetiva é apenas um exemplo de modelo teórico. D. Jodelet (2005), sem empregar o termo, trabalha a construção das representações sociais da loucura de forma semelhante, na sua pesquisa clássica sobre o tema.

Essa proposta metodológica se apoia na compreensão do conhecimento como processo construtivo-interpretativo que avança como resultado da produção de um espaço dialógico com o outro, os instrumentos sendo considerados como indutores da expressão aberta do participante como via para o diálogo com o pesquisador. O participante fala a partir de sua experiência e interesses, não sendo obrigado a seguir a rota crítica imposta pela representação *a priori* do pesquisador. O instrumento é um provocador para a pessoa se envolver reflexivamente em questões significativas para ela, o que representa a única via eficiente de produção de sentidos subjetivos no curso de uma pesquisa. Como nos diz Bourdieu (2003): “O ato científico fundamental é a construção do objeto; não chegamos à realidade sem hipóteses, sem instrumentos, sem construção” (p. 41). Porém, a construção a que Bourdieu se refere não é uma construção que se esgota no espaço dialógico discursivo dos participantes da pesquisa; é uma construção que abre acesso a sistemas e questões, como a subjetividade, que não se esgotam na dimensão das práticas discursivas.

Esse caminho dialógico-construtivo que representa o processo de pesquisa na perspectiva construtivo-interpretativa implica

outras reflexões epistemológicas com importantes desdobramentos metodológicos. A primeira dessas reflexões é a ênfase na consideração do singular como fonte legítima de generalização teórica. O que isso significa? Na pesquisa positivista, a generalização se define através de cadeias indutivas capazes de gerar conclusões, seja na demonstração experimental ou via correlação estatística. Essa proposta está centrada na significação estatística do resultado, ou na base indutiva de estudos singulares. Em ambos os casos o singular se exclui, pois quando um tipo de comportamento, ainda que estudado em indivíduos, resulta o mesmo para diversos indivíduos frente a determinadas condições, de fato, ainda que a pesquisa se apoie em estudos de casos, termina usando os mesmos critérios de indução que a amostra estatística.

Porém, no estudo da subjetividade, como no de todos os processos complexos, o singular é uma fonte excepcional para o conhecimento explicativo⁴ sobre a questão estudada e essa importância não vem dada pelo caráter único a que o termo singular está referido, mas ao valor que uma informação singular vai adquirir para o momento atual de uma construção teórica em desenvolvimento. O singular é relevante pelo que aporta ao desenvolvimento de um modelo teórico no curso da pesquisa, permitindo opções explicativas novas a esse modelo. A generalização aqui aparece pela capacidade teórica que um modelo vai adquirir para explicar questões em estudo que não existiam antes das construções geradas por esse encontro com uma informação singular. As categorias teóricas definem a sua generalidade pelo seu valor heurístico em

⁴ Uso o termo explicação não em seu significado determinista e mecanicista, o que lhe valeu ser rejeitado nas ciências sociais em prol do termo compreensão como usado pela fenomenologia. Sinto que o termo explicação é legítimo na definição de elementos importantes na gênese de uma questão, elementos esses que nunca determinam a questão, mas que a configuram. A relevância da explicação numa outra perspectiva epistemológica já foi defendida por P. Ricoeur, em *Hermenêutica e Ideologias*.

produzir novos significados. Os resultados indutivos são desejáveis, pois geram significados sobre questões que às vezes só são possíveis por essa via. Porém, as estatísticas e outros modelos de quantificação têm valor na pesquisa construtivo-interpretativa como fonte de significados, não como via de legitimação científica sobre eles.

Como nos diz Feyerabend (2011):

O observador pode usar a Matemática e outros artifícios conceituais e físicos, mas estes não têm quaisquer implicações ontológicas. O cosmos da Ciência moderna é um mundo infinito, matematicamente estruturado, compreendido pela mente, embora nem sempre pelos sentidos, e visto por um observador cujas aptidões mudam de uma descoberta para outra (p. 79).

A pesquisa construtivo-interpretativa não desconsidera os resultados obtidos pela indução, mas acrescenta outras dimensões da questão estudada que a indução não permite. Como Feyerabend coloca na citação anterior, a compreensão é sempre um processo da mente, nunca algo gerado de forma direta por nenhum recurso indutivo, por complexo que ele seja. Essa integração da singularidade é importante não apenas na Psicologia, mas no conjunto das ciências, como se evidencia nos estudos das estruturas dissipativas realizados por Prigogine nas ciências naturais, ou nos estudos sobre a singularidade do câncer que avançam a toda velocidade na medicina.

Outro aspecto destacado por Feyerabend na citação anterior é a incapacidade ontológica das ferramentas que, como a Matemática, são recursos de estruturação do saber. Toda definição ontológica é uma construção teórica e são essas construções que estão por detrás dos significados gerados pelos recursos usados na pesquisa. Algo do que tenho cuidado de maneira especial no desenvolvimento da linha de pesquisa sobre a subjetividade numa perspectiva cultural-histórica é a integração simultânea do ontológico, o epistemológico e o metodológico nesse percurso. Tão pouco acostumados os psicólogos estamos a essas dimensões da produção do saber que, com

frequência, em trabalhos que assumem a nossa proposta, ora se define a Epistemologia Qualitativa como a metodologia do projeto, ora se fala da Epistemologia Qualitativa como a teoria de González Rey e se esquece da teoria da subjetividade que a inspirou.

O modelo construtivo-interpretativo de pesquisa atribui um lugar privilegiado ao processo de construção teórica no curso da pesquisa. Nesse sentido, a definição de modelo teórico implica não só uma nova forma de legitimar o saber e de compreender a generalização, senão que implica também transcender os instrumentos como fonte de informação válida em si mesma, fora do percurso geral do processo de construção teórica.

O instrumentalismo, tão criticado pela sua hegemonia na epistemologia da Psicologia, cede seu lugar à construção de modelos teóricos no processo de pesquisa que representam a presença viva das teorias no campo empírico, o que de fato leva ao uso propriamente teórico e não dogmático das teorias. Uma vez que os instrumentos e seus processos de construção deixam de ser legitimadores do caráter científico da pesquisa, eles passam a ser um momento facilitador do caráter dialógico da pesquisa. A informação que os instrumentos aportam é relevante para a pesquisa pela sua significação para o modelo teórico em desenvolvimento e, pela mesma razão, as informações informais de qualquer natureza também se tornam legítimas pela sua relevância para o desenvolvimento desse modelo. O valor da informação vem dado pela sua relevância para o modelo teórico em curso e pela sua integração adequada aos significados que caracterizam o avanço desse modelo.

O desenvolvimento dessa forma de pesquisa está ganhando espaço em todas as Ciências Sociais e na Psicologia em particular, ainda que nem sempre os autores explicitem as contradições epistemológicas de seus caminhos na pesquisa, o que frequentemente os conduz a omitir posições necessárias para o respaldo do que defendem como resultados dessas pesquisas. A discussão teórica é

inseparável do debate epistemológico e metodológico, em particular em momentos como este em que a Psicologia se orienta pela abertura de novos caminhos.

Mais do que considerações finais gostaria de deixar abertas essas reflexões ao leitor e muito apreciaria que elas incitem novos debates sobre a natureza da produção do saber em muitos dos temas emergentes que a Psicologia está desenvolvendo hoje.

REFERÊNCIAS

- Allport, G. W. (1978). Lo general y lo particular en la ciencia psicológica. In G. W. Allport. La persona en Psicología (pp. 77-96). México D.F.: Trillas.
- Anderson, H. (1999). *Conversación, Lenguaje y Posibilidades*. Buenos Aires. Amorrortu.
- Bollas, C. (2007). *The Freudian moment*. London: Karnac Books.
- Bourdieu, P. (2003). *Capital cultural, escuela y espacio social*. Buenos Aires. Siglo XXI Editores.
- Danzinger, K. (1990). *Constructing the subject: Historical origins of psychological research*. New York: Cambridge University Press.
- Dembo, T. (1993). Thoughts on qualitative determinant in psychology. *Journal of Russian and East European Psychology*, 31(6), 15-70.
- Feyerabend, P. (2011). *A Ciência em uma sociedade livre*. São Paulo: UNESP, 2011.
- Freud, S. (2011). Constructions in Analysis. In J. Lewkowicz, T. Bokanowski, & G. Pragier (Eds.). *On Freud's "Constructions in Analysis"* (pp. 9-24). London: Karnac Books.
- Gergen, K. & Gergen, M. (2011). *Reflexiones sobre la construcción social*. Buenos Aires: Paidós.
- Giorgi, A. (2008). Sobre o método fenomenológico utilizado como modo de pesquisa qualitativa nas ciências humanas: teoria, prática e avaliação. In J. Poupart, J. Deslauriers, L-H. Groulx, A. Laperriere, R. Mayer, & A. Pires. *A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp. 386-409). Petrópolis: Vozes.
- González Rey, F. (1997). *Epistemología Cualitativa y Subjetividad*. São Paulo: EDUC.
- González Rey, F. (2002). *Sujeto y subjetividad: una aproximación histórico-cultural*. México: D.F. Thomson.
- González Rey, F. (2004). *O social na Psicologia e a Psicologia Social: A emergência do sujeito*. Petrópolis: Vozes.
- González Rey, F. (2005). *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: Os processos de construção da informação*. São Paulo: Thomson.
- González Rey, F. (2011a). A re-examination of defining moments in Vygotsky's work and their implications for his continuing legacy. *Mind, culture and activity*, (18), 257-275.
- González Rey, F. (2011b). *El pensamiento de Vygotsky: contradicciones, desdoblamientos y desarrollo*. México: D. F. Trillas.
- Jodelet, D. (2005). *Loucura e representações sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Jonas, H. (2004). *O principio vida*. Petrópolis: Vozes.
- Koch, S. (1995). The nature and limits of psychological knowledge. Lessons of a Century qua "Science" In: S. Koch, & D. Leary (Eds.). *A century of psychology as science* (pp. 75-109). Washington: APA.
- Maslow, A. (1979). *Psicología de la ciencia*. México: D.F. Editores Asociados.

Polanyi, M.(1973). O desenvolvimento da ciência na sociedade. In: W. Coulson & C. Rogers (Eds.). *O homem e a ciência do homem* (pp. 11-28). Belo Horizonte: Interlivros.

Ricoeur, P. (2008). *Hermenêutica e ideologias*. Petrópolis: Vozes.

Ricoeur, P. (2009). *Na escola da fenomenologia*. Petrópolis: Vozes.

Rose, N. (2011). *Inventando nossos selfs: Psicologia, poder e subjetividade*. Petrópolis: Vozes.

Rubinstein, S. (1967). *Principios de Psicología General*. Habana: Ediciones Revolucionarias.

Vygotsky, L. S. (1965). *Psikhologiya Iskustva* [Psicologia da Arte]. Moscou: Iskustva.

Wallerstein, I. (2004). *Las incertidumbres del saber*. Barcelona: Gedisa.

Zinchenko, V. P. (2007). Thought and work: The approaches of L. S. Vygotsky and G. G. Shpet. In H.

Danies, M. Cole, & J. Wertsch (Orgs.). *The Cambridge Companion to Vygotsky* (pp. 212-245). London: Cambridge University Press.

Recebido: 17/07/2012

Revisado: 04/06/2013

Aprovado: 10/06/2013